

A RECONFIGURAÇÃO DO MUNDO TRABALHO: O ESTADO BRASILEIRO
FRENTE AO PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO
MARIUZA TOLEDO PINHEIRO – UFPEL – mariuza.pinheiro@hotmail.com
CHARLES PENNAFORTE – charlespennaforte@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Com o crescente nível de competitividade entre as diversas empresas e setores, tornou-se necessária a busca por meios que aumentassem a produtividade das empresas, a qualidade da prestação de serviços e a redução de custos no processo produtivo. Neste ponto, a terceirização (forma de transferência de atividades de uma empresa a outra, que por sua vez e por meio de trabalhadores a ela ligados, realizam as suas funções referentes à atividade da empresa contratante), surgiu como forma de alcançar aqueles objetivos.

No Brasil, a ideia deste tipo de contratação emergiu por volta dos anos 1950, porém foi a partir da década 70 e posteriormente nos anos 90, que houve a efetivação desta prática. A partir de então, também foi possível perceber uma crescente precarização das relações de trabalho, além da ampliação do desemprego e a proliferação de contratos de trabalho precários de acordo com TOSTA (2009).

No final da década de 60, ocorreu o declínio do modelo fordista de produção e manutenção do crescimento salarial dos trabalhadores provocava a estagnação dos lucros, juntamente com outros fatores, como a crescente competição pelos mercados internacionais, refletiu nas políticas fiscais (aumento das taxas e impostos) e no ataque às políticas sociais, e consequentemente ao *welfare state*.

O objetivo geral da pesquisa será apresentar a reconfiguração do mundo do trabalho por meio de seu processo histórico, a partir da ascensão do Neoliberalismo na década de 1980, e suas consequências por meio da política de terceirizações na administração pública brasileira, principalmente no que se refere ao Poder Executivo Federal.

Entretanto, a problemática central estudada se dará em relação à questão: com as mudanças nas relações trabalhistas, e as degradações decorrentes dos vários modelos de produção e ascensão de políticas econômicas ao longo da história, a terceirização acentua ainda mais a precarização das relações trabalhistas dentro da máquina pública estatal?

Além disso, faremos uma pequena incursão quanto aos impactos da contratação terceirizada na administração pública, aqui tratada em um primeiro momento nas atividades meio dos governos, com a precarização das relações empregatícias e de trabalho envolvidas no processo e sobre a possibilidade da sua utilização para as atividades fim do Estado, qual seja, a própria prestação do serviço público.

2. METODOLOGIA

Quanto ao método utilizado, a pesquisa será orientada pelo método de análise de conteúdo através do procedimento analítico e a utilização de dados estatísticos. A historiografia do trabalho é esclarecida por ARÓSTEGUI (2006, pg. 371): “Historiografia não pode observar o passado. Nenhuma ciência pode

fazer isso. A historiografia não é o estudo do passado, mas sim o estudo do comportamento social temporal.

Quanto ao referencial metodológico, será base deste trabalho, a história do tempo presente, que se refere àquela, notadamente, vem ganhando adeptos enquanto campo de pesquisa crescente sugerindo, além de reflexões epistemológicas, também metodológicas, uma vez que contraria o pressuposto de que a história é aquela que inegavelmente estaria apenas arquivada, e que assim, conforme FERREIRA (2012) percebe-se a mobilidade dos testemunhos que desaparecem progressivamente ao seu tempo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento, foram selecionadas as legislações brasileiras que trazem menção ou permissão de utilização de espécies de subcontratação trabalhista, principalmente dentro do recorte temporal proposto, ainda que também tenham sido observadas normas legais anteriores àquele. Além disso, também estão sendo examinadas decisões dos tribunais nacionais que possam ter influenciado decisivamente as referidas legislações a ponto de alterar o cenário do mundo do trabalho no decorrer do íterim estudado.

4. CONCLUSÕES

O trabalho, por estar em processo de construção, ainda não apresenta conclusões objetivas sobre a temática. Importa ressaltar, todavia, a importância da pesquisa para que se perceba a legitimação estatal das práticas de precarização das relações trabalhistas dentro da própria máquina pública, tomando por base o recorte histórico ora apresentado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo. Cortez, 2002.

_____. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo. Boitempo, 2009.

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método.** Bauru. EDUSC, 2006.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo. Edições Loyola, 2017.

HOBSBAWM, E. **Os trabalhadores. Estudos sobre a história do operariado.** São Paulo/Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2015.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.



TOSTA, T. L. D. **Um novo perfil de precarização do trabalho?**. In Resumos de Comunicações Científicas do XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Sociedade Brasileira de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009.